

## RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

### SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL

#### Introdução

1. Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vimos por este meio apresentar o nosso relatório sobre a informação económica e financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2019, do Município de Lagoa, incluída no Balanço, que evidencia um total de ativo líquido de 128.621.776 euros e um total de fundos próprios 115.122.109 euros, incluindo um resultado líquido de 3.408.585 euros, na Demonstração dos Resultados por natureza do período findo naquela data, e na Análise da Situação Financeira e da Execução Orçamental.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

3. Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

#### Âmbito

4. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 873 – Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu essencialmente no acompanhamento da atividade da autarquia, tendo sido o trabalho suportado com base, nomeadamente, nos seguintes procedimentos:

- Análise de cumprimento das disposições legais e estatutárias;
- Análise de rácios;

- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;
- Comparação dos valores orçamentados com os valores executados;
- Análise e teste de elementos de gastos e rendimentos registados no semestre;
- Análise e teste de elementos relevantes de ativos e passivos; e
- Análise de investimentos e desinvestimentos.

**5.** Relembramos que os procedimentos de auditoria atrás referidos e utilizados na revisão da informação semestral preparada pelo Município, não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais, não revestindo o presente relatório, a forma de uma certificação legal das contas. Não obstante existir esta limitação, os mesmos são desenhados de forma que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas, pelo que entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

### **Síntese das Conclusões sobre a Situação Económica e Financeira**

**6.** Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pela entidade para o efeito.

#### **6.1.** Resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019

*Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:*

Aumento do resultado líquido em cerca de 73.445 euros, quando comparado com o período homólogo do ano anterior, tendo o mesmo passado de 3.335.140 euros para 3.408.585 euros.

Os custos e perdas globais (operacionais, financeiros e extraordinários) registados durante o período semestral atingiram o montante global de 15.052.549 euros. Relativamente ao período homólogo do ano anterior os mesmos atingiram o montante de 14.512.111 euros. Verificou-se assim, um aumento de 540.439 euros, que em termos relativos significa um aumento de cerca de 3.7%. Numa análise mais detalhada dos itens que compõem os gastos, salientamos os itens que mais contribuíram, ora positiva ora negativamente para aquela variação. Assim, o custo das vendas sofreu uma redução de 192.700 euros, as remunerações bem como os respetivos encargos sociais aumentaram

em 373.030 euros, os subsídios correntes concedidos e prestações sociais aumentaram em 153.478 euros, os custos e perdas extraordinários aumentaram em 166.391 euros. Finalmente os outros custos e perdas operacionais registaram uma diminuição de 38.756 euros. Em síntese apenas dois itens registaram uma redução de gastos durante este período (o custo das vendas e os outros gastos operacionais).

Quanto aos proveitos e ganhos (operacionais, financeiros e extraordinários) registados durante igual período atingiram o montante de 18.461.134 euros. Em linha com a redução do custo das vendas, verificou-se uma redução de 15.250 euros. Constatou-se uma redução mais do que proporcional dos custos face às vendas, facto que se deve realçar uma vez que manifesta uma verdadeira eficiência dos custos relativamente ao volume de vendas alcançado. A razão da evolução positiva do resultado líquido de 73.445 euros, deve-se sobretudo ao aumento substancial da cobrança de impostos e taxas durante este período em cerca de 611.960 euros.

Face à análise das variações dos proveitos e sua correlação com os custos, podemos afirmar mais uma vez, com absoluta convicção, que o Município de Lagoa tem vindo a gerir os seus recursos com a máxima eficiência, contribuindo assim para o reforço do seu equilíbrio económico e financeiro.

## 6.2. Posição financeira no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

Constatámos uma variação patrimonial positiva relativamente ao período homólogo do ano anterior de cerca de 1,8 milhões de euros, que resultou do efeito acumulado do aumento do ativo líquido em cerca de 900.000 mil de euros e de uma redução do passivo em igualmente em cerca de 900 mil euros. Esta variação ainda se torna mais significativa porque concorreram para ela, ambos os lados do balanço e não apenas um.

Relativamente ao ativo, registámos como contribuições mais relevantes, o acréscimo da rubrica de depósitos em Instituições financeiras em cerca de 2.9 milhões de euros, uma diminuição dos bens de domínio público em cerca de 3.3 milhões de euros e um acréscimo de cerca de 1.3 milhões de euros na rubrica de Imobilizações corpóreas, o que representa um aumento no investimento em ativos fixos tangíveis. No que se refere aos bens de domínio público, tem se vindo a constatar uma diminuição sistemática do seu valor face

a anos anteriores, contrariamente, as Imobilizações corpóreas têm vindo a aumentar à semelhança de anos anteriores.

Em síntese, em relação ao ativo, regista-se uma requalificação dos ativos e um aumento da solidez financeira do município.

Relativamente ao passivo, registámos como variações mais significativas, o aumento da dívida a fornecedores de 237 mil euros e uma redução global de cerca de 1.1 milhões de euros devido essencialmente à redução substancial das dívidas a instituições de crédito em cerca de 300 mil euros, e redução dos acréscimos e diferimentos em cerca de 800 mil euros.

Em síntese, em relação ao passivo, uma redução significativa do endividamento que passou de 1.846.205 euros para 1.550.158 euros. O que corresponde a uma redução média mensal de cerca de 25.000 euros.

Verificámos o cumprimento do limite da dívida total, conforme disposto no n.º 1 do artigo 52.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

### **6.3. Execução Orçamental no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019**

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

#### **Receitas**

##### **Receitas Correntes:**

O nível de execução ascende a cerca de 43.8% do total orçamentado, destacando pela sua importância relativa, os impostos indiretos com uma taxa de execução de 79% correspondente a uma cobrança líquida de 312.737 euros, impostos diretos com uma taxa de execução de 44.7%, correspondente a uma cobrança líquida de 9.226.130 euros, as taxas, multas e outras penalidades com uma taxa de execução de 54%, correspondente a uma cobrança líquida de 252.314 euros e as transferências correntes com uma taxa de execução de 48.7% correspondente a uma cobrança líquida de 1.568.387 euros.

**Receitas de Capital:**

O nível de execução ascende a cerca de 38.2%, referente a transferências de capital. Quanto ao nível de execução total da receita (correntes e capital) verificou-se uma taxa de execução de 43.8%, correspondente à receita cobrada total de 16.547.008 euros face à orçamentada global de 37.779.632 euros.

**Despesas**

**Despesas Correntes:**

O nível de execução das despesas correntes ascende a cerca de 33,3%, com um total de despesas pagas de 11.825.987 euros face a um total orçamentado de 35.504.546 euros, destacando pela sua importância relativa, a taxa de execução de 60.4% com um total pago de 1.413.181 euros referente a outras despesas correntes, e a taxa de execução de 52.5% referente a despesas com pessoal, com um total pago de 3.590.490 euros, bem como a taxa de execução de 43.6%, referente a transferências, com um total pago de 536.433 euros.

**Despesas de capital:**

O nível de execução ascende a cerca de 5.6%. De registar o nível bastante baixo de execução orçamental, cerca de 4,8% na rubrica de aquisição de bens de capital com 61.413 euros investidos.

Quanto ao nível de execução total da despesa (corrente e capital) verificou-se uma taxa de execução de 26%, taxa esta semelhante ao período homólogo do ano anterior, correspondente a um grau de concretização da despesa de 12.534.752 euros face à orçamentada global de 48.229.587 euros.

Verificou-se neste período um grau de cumprimento do nível de execução da receita superior ao da despesa em cerca de 23%, face aos seus valores orçamentados, o que nos permite concluir da existência de um reforço do equilíbrio financeiro do Município.

8 de agosto de 2019

Daniel Jorge Gonçalves Vicente ROC N.º 1041